

Esvaziamento do Congresso afeta até D Pedro I

Arquivo

Brasília — Na tarde de quinta-feira, a crônica falta de deputados, que vem transformando o plenário da Câmara numa melancólica paisagem, produziu uma inesperada vítima: nada menos que Dom Pedro I. De autoria do Deputado Arildo Teles (PDT-RJ), a homenagem ao Imperador, pelos 150 anos de sua morte, foi impedida. Bastou que um deputado de oposição — Lélcio de Souza (PMDB-RS) — pedisse verificação de quorum, e pronto.

De quebra, D. Pedro I recebeu uma saraivada de críticas por ter fechado a Assembleia Nacional, prendido parlamentares, fuzilado os líderes da Confederação do Equador. As farpas mais poderosas, porém, voltaram-se para outro alvo: os próprios parlamentares, acusados em plenário de ausentar-se do Legislativo.

Paralisia

É uma vergonha, não tem sentido, protesta o Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), propondo uma medida drástica: "Acho que o Congresso não deveria pagar jetons para os deputados que não venham a plenário".

O Deputado Paulo Maluf, candidato do PDS à sucessão presidencial e acusado de não ir ao Congresso, recebeu uma inesperada defesa:

— Não se pode acusar só ele. É, de fato, errado. Temos de acusar todos. Não se pode ganhar sem trabalhar — afirma o Deputado Djalma Bom (PT-SP).

Por causa da falta de quorum, o grupo **Só Diretas**, refratário ao Colégio Eleitoral, obstruiu por 30 dias as votações. Nunca havia o número mínimo para votação: 240 parlamentares. Até para simples leituras de matérias há complicações: faltam tantos que não se consegue juntar 48 deputados. Nas sessões conjuntas do Congresso — Câmara e Senado — são necessários, apenas para leitura, 80 deputados e 17 senadores, que também raramente conseguem ser reunidos.

Há duas semanas, o Deputado Jorge Carone (PMDB-MG), irritado com a obstrução que impedia a leitura de sua emenda de eleições diretas em 1988 (copiada da emenda Figueiredo), arrancou o microfone, em plenário, ameaçando atirá-lo num parlamentar que, candidamente, pedia a fatal verificação de quorum. E pediu mesmo.

Essa paralisação custa caro para o Congresso. O protesto do **Só Diretas**, objetivando pressionar o Presidente do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES), a colocar em votação a emenda Theodoro Mendes, que restabelecia as diretas já, empanturrava a ordem do dia. Mas de 241 projetos de lei ficaram parados — alguns deles importantes, como a nova Lei de Contravenções Penais. E, nas sessões do Congresso, retardou-se a análise do orçamento da União e do Estatuto das Microempresas.

— Acho mesmo que há uma espécie de falta de patriotismo por trás dessa obstrução — lamenta o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Facilidades

O vice-presidente da Mesa da Câmara, Deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), concorda com Osvaldo Lima: os jetons

(30 mil cruzeiros por sessão) não podem ser pagos para quem não vai ao plenário. Ele considera, porém, que há motivos para essa ausência:

— Em primeiro lugar, os gabinetes ficam distantes do plenário, num outro prédio, inclusive. E os parlamentares acompanham os trabalhos pelo sistema de som. O que é pior é essa votação de liderança. Os líderes podem votar por todos. Isso desestimula os deputados.

Cresce entre os parlamentares o movimento pela regulamentação do voto de liderança. Atualmente, basta os líderes dos partidos fazerem um acordo, e pronto. Qualquer matéria pode ser aprovada.

O Senador Marco Maciel (PDS-PE) acredita que é questão de tempo. Afinal, as prerrogativas do Congresso, seja qual for o próximo Presidente, devem ser restabelecidas. Com isso, aumenta o poder do Congresso e o interesse pelas discussões e votação em plenário", diz Maciel, ex-presidente da Câmara.

De qualquer forma, naquela quinta-feira, além de vitimar D. Pedro I, a falta de quorum impediu a votação da lei salarial — um assunto de interesse de todos os eleitores. Só havia 62 deputados em plenário para aprovar ou não um maior reajuste nos salários, quando eram necessários 240 do total de 479 deputados. "Não é possível que não consigamos votar coisas importantes", disse Délio de Sousa, que impediu a homenagem a D. Pedro I.

É verdade que já houve tentativas para solucionar o problema em outros tempos. Vãs tentativas. O ex-presidente da Câmara, Célio Borja, tentou fazer uma lista de presença na entrada do plenário — e não pelas portas do Congresso. Pensou que assim obrigaria todos a participar das discussões parlamentares. Houve protestos. Deputados diziam que não estavam mais no colégio para se submeterem a chamada.

Enquanto isso, o Congresso assiste a solitários discursos. Na semana passada, o Deputado Milton Brandão (PDS-PI) fazia um violento discurso sobre a seca. No plenário, apenas o Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), lendo o jornal. Presidindo a Mesa, Walber Guimarães, com um olhar distante. Nas galerias, centenas de turistas.

"A tribuna já não tem o mesmo impacto", diz o Deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que, na segunda-feira, preferiu não discursar contra o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, exigindo maior empenho seu a favor da candidatura Paulo Maluf, por causa do horário:

— Não haveria ninguém. Eu deveria falar às 14 horas. Não vou falar para as moscas.

Há até quem aproveite essa calmaria. Na quarta-feira, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) era sacudido pelo Deputado Gerson Peres (PDS-PA):

— Acorda, companheiro — apelava Pires, a Juruna, que dormia numa das poltronas do plenário. E informou: — Acabou a sessão.

Juruna esfregou os olhos, ajeitou o corpo e comentou:

— Nem percebi.

GILBERTO DIMENSTEIN



Bastou um pedido de verificação de quorum: D Pedro não teve sua homenagem e ainda foi criticado

